
ORGANIZAÇÃO
Flavia Rios e
Márcia Lima

**POR UM
FEMINISMO
AFRO
LATINO
AMERICANO**

LÉLIA GONZALEZ

 ZAHAR

Lélia Gonzalez

Por um feminismo afro-latino-americano

Ensaio, intervenções e diálogos

Organização:
Flavia Rios e Márcia Lima



Sumário

1. [Capa](#)
2. [Folha de rosto](#)
3. [Sumário](#)
4. [Introdução](#)

5. PARTE I: [Ensaaios](#)
 1. [Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher](#)
 2. [A juventude negra brasileira e a questão do desemprego](#)
 3. [A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica](#)
 4. [O apoio brasileiro à causa da Namíbia: Dificuldades e possibilidades](#)
 5. [Racismo e sexismo na cultura brasileira](#)
 6. [Mulher negra](#)
 7. [O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra](#)
 8. [A categoria político-cultural de amefricanidade](#)
 9. [Por um feminismo afro-latino-americano](#)
 10. [Nanny: Pilar da amefricanidade](#)
 11. [A mulher negra no Brasil](#)
6. PARTE II: [Intervenções](#)
 1. [Mulher negra: Um retrato](#)
 2. [Alô, alô, Velho Guerreiro! Aquele abraço!](#)
 3. [A questão negra no Brasil](#)
 4. [Pesquisa: Mulher negra](#)
 5. [Mulher negra, essa quilombola](#)
 6. [Democracia racial? Nada disso!](#)
 7. [De Palmares às escolas de samba, tamos aí](#)
 8. [Taí Clementina, eterna menina](#)
 9. [A esperança branca](#)
 10. [Beleza negra, ou: Ora-yê-yê-ô!](#)

11. [E a trabalhadora negra, cumé que fica?](#)
12. [Racismo por omissão](#)
13. [Homenagem a Luiz Gama e Abdias do Nascimento](#)
14. [História de vida e louvor \(Uma homenagem a Zezé Motta\)](#)
15. [Para as minorias, tudo como dantes...](#)
16. [A cidadania e a questão étnica](#)
17. [Odara Dudu: Beleza negra](#)
18. [Discurso na Constituinte](#)
19. [O terror nosso de cada dia](#)
20. [As amefricanas do Brasil e sua militância](#)
21. [A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social](#)
22. [Uma viagem à Martinica I](#)
23. [Uma viagem à Martinica II](#)
7. [PARTE III: Diálogos](#)
 1. [Duas mulheres comprometidas em mudar o mundo](#)
 2. [Entrevista a *Patrulhas ideológicas*](#)
 3. [A lei facilita a violência](#)
 4. [Entrevista ao jornal *Mulherio* : Lélia Gonzalez, candidata a deputada federal pelo PT/RJ](#)
 5. [O racismo no Brasil é profundamente disfarçado](#)
 6. [Mito feminino na revolução malê](#)
 7. [A democracia racial: Uma militância](#)
 8. [Entrevista ao *Pasquim*](#)
 9. [Entrevista ao *Jornal do MNU*](#)
8. [Apêndice: A propósito de Lacan](#)
9. [Notas](#)
10. [Bibliografia](#)
11. [Fontes](#)
12. [Nota biográfica](#)
13. [Uma cronologia de Lélia Gonzalez](#)
14. [Sobre as organizadoras](#)
15. [Créditos](#)

Landmarks

1. [Copyright Page](#)
2. [Cover](#)
3. [Body Matter](#)
4. [Table of Contents](#)

Introdução

FLAVIA RIOS E MÁRCIA LIMA

AS LEITORAS E OS LEITORES TÊM em mãos uma coletânea inédita da obra de Lélia Gonzalez. Há muito se esperava um trabalho que conseguisse concentrar em um só volume a produção escrita de uma vida inteira da intelectual negra mais expressiva do Brasil no século ^{xx}. Neste livro reunimos, em ordem cronológica, a maior parte dos ensaios, intervenções e diálogos realizados pela autora no período que compreende duas décadas — de 1975 à primeira metade dos anos 1990 — e que marca também os anseios democráticos da nação brasileira e de outros países da América Latina e do Caribe, além das reivindicações por igualdade racial nos Estados Unidos e das lutas por independência dos países africanos.

Esses escritos foram recolhidos de várias fontes: dos livros raros que já não mais circulam em livrarias ou quase nunca são encontrados em sebos, sejam físicos ou virtuais, até os artigos publicados nos periódicos da chamada imprensa alternativa, um verdadeiro celeiro para as ideias progressistas, contraculturais e democráticas que invadiram as bancas brasileiras nos tempos incertos e sombrios da ditadura militar.

Nos Ensaio de Lélia Gonzalez encontramos suas formulações mais aprofundadas. Neles, é possível entrever suas leituras, referências bibliográficas e a quem a autora se opõe no debate intelectual. É onde expõe de forma mais robusta e erudita a sua formação intelectual. Nesses escritos, seu vasto conhecimento humanista não cede lugar para uma escrita truncada, hermética e, portanto, restrita a poucos leitores. Lélia tem uma elaboração textual fina, às vezes repleta de ironias, por vezes mesclada de ortografia formal com a língua falada, um misto de coloquialismo e erudição. Em seus trabalhos é possível encontrar simultaneamente citações de referências clássicas da filosofia e das ciências sociais convivendo com o linguajar popular, do latim ao banto, passando pelo que ela chama de “pretuguês”, uma espécie de africanização ou criouliização do idioma falado no Brasil. Referências à filosofia ocidental — que marcou a sua formação acadêmica — juntam-se a ditos populares, às elaborações dos mestres das escolas de samba, dos conhecimentos produzidos por mulheres trabalhadoras em sua

prática cotidiana, numa combinação organizada para gerar polifonia, possibilitando a escuta de múltiplas vozes em diálogo. Assim, no conteúdo e na forma, os ensaios de Lélia Gonzalez dizem sobre a originalidade de seu pensamento. Nesta primeira parte do livro, além dos seus textos publicados, arrolamos artigos inéditos apresentados por ela em congressos internacionais e em importantes universidades estrangeiras.

Em jornais da chamada grande imprensa também encontramos artigos críticos da autora, assim como em periódicos do movimento negro e feminista. Esses materiais são chamados de Intervenções nesta coletânea — justamente por serem escritos de tomada de posição: artigos curtos, discursos e participações em debates, dos quais ela se servia para reagir a polêmicas e controvérsias na mídia e na vida política brasileira. Impacta, na leitura de seus textos e discursos transcritos, exatamente a atualidade das posições tomadas por ela mais de três décadas atrás: críticas à persistência do racismo e do sexismo na cultura brasileira; a defesa de candidaturas negras e de mulheres desde que ancoradas em representação substantiva e de valores, e não apenas descritiva, movida exclusivamente por cor ou gênero; e a importância da autonomia dos movimentos em relação aos partidos políticos, mas sem deixar de lado a relevância da atuação política institucionalizada em conselhos, em organizações partidárias, no parlamento. Ademais, a autora apresenta posições firmes hoje talvez comuns entre intelectuais e ativistas experientes na história política e na cultura brasileira, mas que à época causaram certa perplexidade, já que vários processos ainda não tinham se desenhado de forma definitiva na nossa jovem democracia. E, por falar em democracia, um dos pontos altos desta seção é o discurso de Lélia Gonzalez na Constituinte. Um texto inédito que mostra o papel concreto da intelectual e ativista negra na construção do pacto constitucional — baliza primordial para nossa convivência política até os dias de hoje.

Reunimos também um conjunto de entrevistas que foram aqui oportunamente chamadas de Diálogos, por serem de fato conversas entre a intelectual e os jornalistas interessados em conhecer com profundidade sua trajetória e suas ideias. Aliás, essas entrevistas são verdadeiros depoimentos, ótima oportunidade para quem tem interesse em conhecer aspectos biográficos da autora — uma espécie de autoanálise articulada às interpretações que ela faz do Brasil.

Por fim, como um Apêndice, a coletânea traz um texto raríssimo chamado “A propósito de Lacan” — um estudo analítico muito útil para compreender

o interesse de Lélia pela psicanálise. Anos mais tarde, essa imersão ganhará contornos mais originais e criativos em suas reflexões sobre cultura e política no Brasil e na América Latina.

Visto por essa perspectiva ampla, *Por um feminismo afro-latino-americano*, título dado a este livro, além da função metonímica — ao tomar um artigo pelo conjunto da obra — busca dar vazão ao esforço da pensadora brasileira em refletir sobre as formas de dominação e resistência da região, escapando das fronteiras hemisféricas, linguísticas e nacionais. Visando proporcionar maior conhecimento do pensamento da autora, pela primeira vez o público brasileiro terá acesso a alguns de seus trabalhos nunca traduzidos para a língua portuguesa: “The Brazilian Support to the Namibian Cause: Difficulties and Possibilities” [“O apoio brasileiro à causa da Namíbia: Dificuldades e possibilidades”], escrito para o Simpósio Regional da América Latina e Caribe em apoio à independência da Namíbia e posteriormente publicado na revista *Afrodíaspóra*, em 1983; “The Unified Black Movement: A New Stage in Black Political Mobilization” [“O Movimento Negro Unificado: Um novo estágio na mobilização política negra”], publicado nos Estados Unidos em 1985; e “The Black Woman in Brazil” [“A mulher negra no Brasil”], publicação póstuma realizada pelo intelectual cubano Carlos Moore em sua coletânea sobre a presença negra nas Américas, de 1995. No seu conjunto, a obra de Lélia Gonzalez não faz uso apenas da literatura brasileira, buscando refletir com e a partir dos pensadores e das pensadoras de países africanos, dos Estados Unidos, da Europa, da América Latina e do Caribe.

Em diálogo profícuo com a produção do seu país, a autora faz uma crítica radical aos chamados intérpretes do Brasil, reagindo ao arianismo de Oliveira Vianna e ao elogio da mestiçagem de Gilberto Freyre, ou mesmo às tintas patriarcais das formulações de Caio Prado Jr. em seu famoso *A formação do Brasil contemporâneo*. Ela também acompanha de forma atenta e crítica a escola paulista de sociologia, analisando os trabalhos dos estudiosos que investiram no entendimento das relações raciais brasileiras, liderados por Florestan Fernandes, e as interpretações que visavam dar uma explicação para a especificidade do capitalismo que se estabelecia no Brasil e na América Latina, tendo como referência a produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso.

Ainda no campo da sociologia é digna de nota sua interlocução com o que havia de mais vibrante no pensamento sobre nação e relações raciais

elaborado por Guerreiro Ramos, no Rio de Janeiro. Sem deixar de mencionar a relevante escola baiana que teve em Thales de Azevedo um dos seus maiores expoentes, justamente por seus estudos sobre a capital soteropolitana, tão visitada por Lélia em suas viagens pelo Brasil. Da produção que vinha sendo realizada pelas pesquisadoras do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Gonzalez discutia em primeira mão e citava os manuscritos de Lucia de Oliveira, Rosa Porcaro e Teresa Cristina Araújo Costa. No campo antropológico, ela lia avidamente tanto as formulações culturalistas de Arthur Ramos como as reflexões estruturalistas formuladas por Roberto DaMatta — este de particular interesse da autora justamente por suas análises do componente ritualístico, pela dimensão das representações sociais e pela hipótese de inversão das hierarquias sócio-ocupacionais em contextos em que as regras são temporariamente suspensas, como nas festas e no Carnaval.

Da Europa vieram três influências muito importantes para o pensamento de Lélia Gonzalez: o feminismo em sua versão do segundo pós-guerra, principalmente através das letras de Simone de Beauvoir, em seu aclamado *O segundo sexo* ; o marxismo — especialmente da escola francesa — que lhe é fundamental para pensar as classes na estrutura social, assim como o conceito de ideologia e consciência, tão caros à geração intelectual brasileira sob a ditadura militar; e por fim a psicanálise, que é incorporada às suas reflexões, sobretudo no que diz respeito ao aspecto cultural da dominação e da subversão, em particular por meio da linguagem.

Em diferentes momentos de sua vida, Lélia Gonzalez foi à África. Seu diálogo com o continente também não tem caminho único. É possível referir-se diretamente à influência do anticolonialismo, cuja fonte africana emana da produção de Amílcar Cabral, um dos principais teóricos da independência via luta armada para fazer frente ao colonialismo europeu e fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). A esse respeito note-se sua predileção pelos escritos revolucionários de Cabral, cujos textos foram reunidos em forma de discursos na coletânea de língua inglesa *Return to the Source*, publicada em Nova York em 1973. Outra referência destacada é o autor senegalês Cheikh Anta Diop, pelo qual se encantou e em cujas pesquisas viu a possibilidade de aprofundar seus conhecimentos sobre as civilizações africanas. Lélia demonstrava grande interesse em publicá-lo em língua portuguesa — algo que não conseguiu realizar em vida. Mas de certa maneira o fez de forma oral, contribuindo

para disseminar o legado de Diop nos minicursos que realizava com jovens ansiosos por conhecer mais sobre a história da África antes da colonização. Não podemos deixar de mencionar também a produção da eminente antropóloga de origem africana Filomina Chioma Steady, cujos estudos sobre gênero na África Ocidental estiveram na mira da pensadora brasileira, especialmente seu famoso livro *The Black Woman Cross-Culturally*, de 1981.

Da América Latina e do Caribe, Lélia Gonzalez estabelece um diálogo e recebe influências interessantes do pensamento feminista dos países americanos. Nas décadas em que desenvolve sua produção intelectual, participa de vários eventos internacionais. Para um congresso feminista latino-americano ocorrido na Bolívia em 1988, por exemplo, escreveu o famoso artigo que ora dá título a este livro — trabalho esse publicado originalmente em espanhol. Nele, encontramos referências não só às intelectuais latino-americanas como aos próprios movimentos sociais de mulheres camponesas, indígenas e negras, que a autora cunhou amefricanas em seu célebre artigo “A categoria político-cultural de amefricanidade”, também publicado no centenário da abolição da escravatura no Brasil.

Do Caribe e dos Estados Unidos vêm as ideias pan-africanistas com que a autora teve contato. Boa parte de suas aquisições intelectuais foi mediada pelo pensador brasileiro Abdias do Nascimento. Mas seria precipitado legar apenas a ele sua fonte principal do pan-africanismo; é preciso, antes, revelar seu apreço pela obra mundialmente conhecida de Walter Rodney, historiador e ativista guianense, autor do clássico *Como a Europa subdesenvolveu a África* — trabalho que teria impacto não apenas nos escritos de Gonzalez mas também nos dos demais intelectuais e ativistas da diáspora, especialmente da América Latina, Estados Unidos, Caribe e Europa, sem contar os das jovens nações africanas.

Dos intelectuais caribenhos, sobretudo os francófonos, vieram reflexões importantes para Gonzalez desenvolver seu pensamento sobre o colonialismo e as formas de resistência a ele. Nesse sentido, dignas de destaque são as ideias formuladas pelos pensadores da negritude, principalmente Aimé Césaire, da Martinica, criador do movimento e da palavra *négritude*. Da Martinica, aliás, onde esteve em 1990 para um grande intercuro cultural e intelectual, do qual também participou o bloco afro Ilê Aiyê, veio talvez a principal referência caribenha para o pensamento da autora: Frantz Fanon. É dele uma pergunta fundamental que sempre esteve

entre as preocupações da pensadora brasileira: como se dão as formas de subjetivação da dominação? Em termos nativos: os negros são racistas ou internalizam o racismo?

Múltipla, Lélia Gonzalez foi de fato uma intelectual pública. Com perguntas complexas, referências diversas e com o olhar para as transformações mundiais — mas muito preocupada também com os acontecimentos nacionais —, sem dúvida alguma podemos chamá-la de intelectual engajada, no sentido forte do termo. Esse engajamento, por vezes, encapsulou seus trabalhos em certos temas. Com efeito, embora seja conhecida por tematizar a mulher negra no conjunto de sua obra, outros assuntos merecem destaque em seus escritos por sua centralidade e recorrência, quais sejam: a democracia racial, o feminismo, o movimento negro, a questão nacional, a cultura brasileira, a democracia, o racismo, o sexismo, as resistências sociais, culturais e políticas, a organização coletiva e a crítica ao eurocentrismo.

Para desenvolver esses temas, ela se valeu de um eclético arcabouço teórico: da história à filosofia, passando pela psicanálise, antropologia e sociologia. Com essa formação complexa e mobilizando conceitos de áreas diversas, buscou a interpretação não apenas da sociedade brasileira, mas também da América Latina. Em muitos de seus textos, o tema da mulher negra é gatilho para se pensar as formas de dominação e as ideologias políticas que replicam representações coloniais, que produzem e reforçam desigualdades no cotidiano. Na compreensão de Gonzalez, ideologias nacionais como democracia racial e miscigenação se reproduziriam por meio de discursos que naturalizariam a experiência da escravidão e seus efeitos deletérios sobre a sociedade capitalista. Nesse sentido, a autora reagia às formulações do pensamento social brasileiro que viam o mestiço como ponto positivo de nossa nacionalidade. Na contramão, ela explicava: “Na verdade, o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava. Por isso existem os preconceitos e os mitos relativos à mulher negra: de que ela é ‘mulher fácil’, de que é ‘boa de cama’ (mito da mulata) etc. e tal”.*

No que toca às ideologias nacionais, Gonzalez comungava juntamente com outros intelectuais negros — a exemplo de Abdias do Nascimento, Joel Rufino, Beatriz Nascimento — e brancos antirracistas — como Florestan Fernandes e Octavio Ianni — a ideia de que a superação do mito da democracia racial era a condição necessária não apenas para o combate ao

racismo, mas também para o estabelecimento da verdadeira democracia (política) no país.

Com relação aos estudos das resistências, a autora brasileira se interessava não apenas pelas lutas políticas do seu tempo, mas também buscava conhecer, através de literatura secundária, os quilombos, as revoltas, as rebeliões e os motins dos negros escravizados. Dois historiadores contemporâneos de sua predileção são recorrentemente citados por ela em seus trabalhos: Clóvis Moura e Décio Freitas. Em especial *Rebeliões da senzala*, do primeiro autor, e do segundo, *Palmares: a guerra dos escravos*. Sublinhe-se que a leitura sistemática dessas obras não era acompanhada da concordância completa com as ideias nelas contidas. Uma das críticas mais agudas de Lélia se refere à possibilidade não apenas da resistência, mas também da subversão realizada por pessoas escravizadas nas casas-grandes — o não silenciamento das formas de insurgência negras na esfera do cotidiano se tornou uma das suas marcas distintivas em contraste à intelectualidade de sua geração.

Na atualidade, Lélia Gonzalez é referência para diversos movimentos sociais, sobretudo antirracistas e feministas. Para as novas gerações, ela é vista como um ícone do feminismo negro brasileiro, sendo cada vez mais influente na América Latina e nos Estados Unidos, e recém-descoberta pelo feminismo europeu, especialmente o francês. Dessa produção renovada sobre o seu pensamento, três abordagens merecem destaque: a decolonial, a interseccional e a psicanalítica.

A primeira delas destaca em particular sua crítica ao viés eurocêntrico das ciências sociais e do feminismo ocidental. Essa perspectiva crítica à colonialidade epistêmica faz o pensamento da autora dialogar com as chamadas intelectuais que se baseiam nas epistemologias do sul global, a exemplo de Françoise Vergès e Angela Gilliam. Essa linha de análise também garantiu uma interlocução mais orgânica com a produção latino-americana, tornando seu pensamento profícuo em estabelecer diálogos com autoras contemporâneas de diferentes países latino-americanos que pensam a descolonização do feminismo, a exemplo da colombiana Mara Viveros Vigoya e a dominicana Ochy Curiel, entre outras.

A segunda linha de pesquisa revisita sua obra sob a perspectiva interseccional, envolvendo as dimensões da dominação sexual, de classe e de raça articuladas nas formas de opressão e hierarquização racial, bem como na formação de identidade de afirmação coletiva. Esse tipo de abordagem a

aproxima ainda mais de autoras como Angela Davis, Patricia Hill Collins e mesmo Kimberlé Crenshaw — esta última responsável por cunhar o termo interseccionalidade. Nessa linha investigativa, o tema da mulher negra ganha centralidade e as reflexões sobre o feminismo negro passam a ter maior densidade e representatividade na América do Sul, deslocando o debate exclusivamente marcado pela produção desenvolvida pelas feministas negras estadunidenses.

Por fim, em suas travessias pela psicanálise — acompanhada principalmente de Jacques Lacan e Sigmund Freud —, Gonzalez percorreu esse campo de conhecimento ao lado de dois discípulos lacanianos que ajudaram a difundir o estudo da psicanálise no Rio de Janeiro: M. D. Magno e Betty Milan. Na esteira desses últimos, elaborou à sua maneira uma reflexão sobre a cultura, criando canais de comunicação entre a psicanálise e as ciências sociais, alinhando explicações interdisciplinares sem desprezar o que cada área disciplinar é capaz de revelar para a compreensão da realidade.

Não sem razão de ser, os estudos que vêm despontando sobre o pensamento de Lélia Gonzalez têm notado com sagacidade o uso que ela faz do arcabouço conceitual psicanalítico, seja para expor a “neurose cultural brasileira”, seja para perscrutar o tema da internalização da dominação — em suas formas, significados e práticas. Longe de querer estabelecer reflexões que individualizem o racismo ou que se concentrem na situação específica de cada indivíduo racializado, ela se volta para os efeitos perturbadores do racismo na sociedade, cujos impactos podem ser vistos e sentidos tanto entre os sujeitos dominados quanto por quem exerce a dominação. Da psicanálise lacaniana, lembram analistas da autora, vem a preocupação recorrente com o não dito, o interdito e a dimensão subversiva da linguagem no cotidiano, realizada sobretudo por mulheres no mundo do cuidado, ou seja, na esfera da reprodução social.

As três abordagens interpretativas se mostram bastante inovadoras e consistentes com o conjunto da obra de Lélia Gonzalez. Além disso, reforçam o vigor da sua produção tanto no que diz respeito ao enraizamento de seu pensamento às questões próprias do país como a sua capacidade de dialogar com as linhagens críticas moldadas na contemporaneidade, por sua franca interlocução internacional e sua convicção de que as fronteiras nacionais não passam de ficção social e política forjada pelo mundo colonial e capitalista.

Todas essas interlocuções acadêmicas que revelam o vigor do pensamento da autora não ofuscam o grande brilho que ela alcançou com a expansão e difusão do feminismo negro no Brasil e nos demais países americanos. Por essa razão, merece atenção à parte — ainda que breve — o pensamento de Lélia Gonzalez para a constituição do feminismo negro brasileiro atual.

Este livro chega ao público brasileiro apenas no final da segunda década do século ^{xxi}. Embora tardio, ele surge num momento muito peculiar do feminismo negro no país, quando está em curso um processo de valorização e reconhecimento da trajetória e da produção intelectual de ativistas negras brasileiras. Esse processo vem de longe e resulta de acúmulos, lutas e engajamentos que ocorreram em múltiplos campos nos quais o trabalho intelectual e a atuação política de Lélia Gonzalez foram fundamentais.

No campo da política — tanto em termos de representação como de participação —, o forte protagonismo das mulheres negras tem se fortalecido com o crescimento da atuação de uma nova geração de feministas negras que acionam diferentes recursos e ferramentas nas suas formas de mobilização. Não à toa, se multiplicam no país os coletivos e eventos que homenageiam Lélia Gonzalez, assim como iniciativas para a divulgação das suas obras. Destacam-se o Memorial Lélia Gonzalez, coordenado por Ana Maria Felipe, que por anos ajudou a difusão do pensamento da autora, e o projeto Lélia Gonzalez: Feminismo Negro no Palco da História, coordenado por Schuma Schumacher e Antonia Ceva (2014), cujos resultados são uma fotobiografia com textos de Sueli Carneiro e o vídeo documentário com título homônimo ao livro. A esses esforços somam-se o empenho da equipe da Cultne, um acervo em audiovisual afro-brasileiro que disponibilizou imagens e vídeos de Lélia Gonzalez na internet e, por fim, o trabalho realizado pela União dos Coletivos Pan-Africanistas, que organizou parte expressiva da produção da autora no volume intitulado *Primavera para rosas negras*, de 2018.

No campo acadêmico, a ampliação do ingresso de estudantes negros e negras nas instituições de ensino superior propiciada pelas políticas de acesso fortaleceu e revigorou o debate sobre raça e gênero. Um novo perfil de alunos passou a ocupar os bancos e a cena das universidades, produzindo muito mais do que uma diversidade social e racial do corpo discente. As agendas de pesquisas estão sendo redefinidas pelas inquietações políticas e pelas trajetórias desse público jovem e negro oriundo de escolas públicas, e o advento e a ampliação das redes sociais vêm propiciando um espaço no

debate público que tem sido ocupado por jovens feministas negras orientadas por pautas que envolvem não apenas raça, classe e gênero, mas também sexualidade, território, política e outras dimensões organizadoras das desigualdades sociais. É nesse movimento que a obra de Lélia Gonzalez, que sempre foi norte e referência para as gerações mais velhas, tem sido fortemente retomada pelo feminismo negro contemporâneo.

As contribuições teóricas e analíticas da autora estiveram em consonância com a produção de intelectuais negras de outros países. Contudo, ela trazia sua marca própria ao pensar e construir categorias a partir da experiência afro-latino-americana. Suas reflexões sobre escravidão, emprego doméstico, mercado de trabalho eram — e continuam sendo — elementos presentes no debate internacional do pensamento feminista negro. A socióloga Patricia Hill Collins, em seu livro *Pensamento feminista negro*, publicado no Brasil em 2019, elenca um conjunto de características distintivas desse pensamento nos Estados Unidos. Seu texto nos inspira a pensar e a identificar, na produção intelectual de Lélia Gonzalez, os elementos definidores da formação do pensamento feminista negro brasileiro.

Podemos começar pelo próprio termo “feminismo negro”. Por que falarmos de um pensamento feminista negro brasileiro, e não apenas feminista? Ou por que nos definirmos como feministas negras e não somente como ativistas negras, ou do movimento de mulheres negras? Muitos depoimentos, relatos e debates sobre essa distinção já foram feitos pelas próprias ativistas. O que é importante é marcar o papel de Lélia Gonzalez na assunção da expressão “feminismo negro”. A realização da Conferência da ONU no México, ocasião em que os anos de 1976 a 1985 foram declarados como a Década da Mulher, tornou-se um marco importante para o fortalecimento do ativismo feminista no Brasil, especialmente pela emergência da rede de mobilizações coletivas. É quando surgem os primeiros coletivos autônomos de mulheres negras no Brasil, nos quais Lélia tem uma atuação marcante. Boa parte dos seus textos sobre as mulheres negras foi produzida nesse período.

O segundo aspecto distintivo do pensamento feminista negro presente na obra e na trajetória de Lélia Gonzalez é a articulação entre pensamento e ação. A autora destaca em seus textos a importância de pensar o feminismo na teoria e na prática. Segundo ela, esse movimento que inovou na agenda de lutas teve conquistas importantes e produziu um debate público essencial ao politizar o mundo privado. Justamente por isso, esse movimento não

poderia ser cego às questões raciais. Era necessário, portanto, que as mulheres negras enquanto coletividade marcassem suas experiências fazendo emergir questões relacionadas aos dilemas de raça e classe e às questões históricas e culturais, assim como aos diferentes papéis e representações sociais das mulheres a partir da sua condição racial na sociedade brasileira.

Um terceiro aspecto, complementar ao anterior, diz respeito à desconstrução de uma perspectiva essencializadora dessas experiências. Lélia pontuava a necessidade da construção de um viés interpretativo a partir do olhar e da experiência das mulheres negras e suas vivências sem naturalizá-las. Em suas análises acerca das representações sobre mãe preta e mucama, doméstica e mulata, destacava-se a questão dos estereótipos em torno da mulher negra que limitavam seu lugar na sociedade. De mucama a mulata profissional, de mãe preta a doméstica, para as mulheres negras a linha entre a esfera doméstica e o mundo do trabalho permanecia imprecisa. E ainda permanece, pois trata-se de uma pauta importante na agenda do feminismo negro contemporâneo. Dessa forma, Lélia Gonzalez inaugurou outro eixo fundamental do pensar feminista: abordar, enfrentar e desconstruir representações essencialistas sobre as mulheres negras.

O quarto elemento marcante de seu pensamento é a sua construção interseccional, que vem chamando a atenção de suas leitoras e leitores atuais. Essa construção é fruto da atuação política de Lélia nas esferas do movimento negro e do movimento feminista, mas também resultado de uma abertura intelectual incomum para os dias de hoje. Ela se nutria de fontes muito diversas tanto na produção nacional quanto internacional, não ficando presa a um campo disciplinar, o que lhe permitiu conexões e interpretações que contribuíram para que sua análise seja hoje nomeada como interseccional. Partindo de uma inquietação que norteava sua perspectiva sobre o feminismo negro, a autora mergulhou nas pesquisas sobre a situação econômica da mulher negra. A parceria com Carlos Hasenbalg propiciou-lhe acompanhar em primeira mão a produção pioneira dos estudos sobre desigualdades raciais utilizando dados estatísticos. As desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho foram um tema abordado por ela em muitos dos seus textos, mas não por acaso. O mercado de trabalho sempre foi um tema caro ao debate feminista, e por isso Lélia Gonzalez se dedicou a incluir a questão racial. Assim, segundo ela, poderíamos identificar de que mulheres no mercado de trabalho esses estudos tratavam.

Por fim, com todo esse acúmulo a autora nos brinda com sua originalidade na construção não só de novas categorias, mas na redefinição conceitual do pensamento e prática feministas. A amefricanidade como uma categoria político-cultural, que, a seu ver, ultrapassa as barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas, permite construir um entendimento mais profundo de toda a América, contestando a apropriação do termo para definir apenas os estadunidenses. De acordo com nossa autora, há um processo histórico altamente dinâmico presente na amefricanidade que nos aproxima de outras categorias político-culturais e processos políticos internacionais. A dinâmica de que ela trata — adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas — é a marca do seu próprio pensamento. Enquanto redefinição conceitual, a construção de um pensamento feminista afro-latino-americano, que ela propõe, é fruto da combinação do caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região, elaborada na amefricanidade, introduzindo a perspectiva de gênero. A situação das mulheres amefricanas resulta de processos históricos e contemporâneos de opressões interseccionais.

Sem querer ofuscar a ação e a reflexão de tantas mulheres negras que precederam Lélia Gonzalez ao longo de toda a história de luta e resistência deste país, é inegável o seu protagonismo no que hoje intitulamos feminismo negro. Seu pensamento e ação política nos guiaram para algo que muitas ativistas e feministas negras têm colocado no debate público contemporâneo: o lugar emancipatório da mulher negra.

PARA A REALIZAÇÃO DESTA COLETÂNEA , foi fundamental a colaboração de várias pessoas a quem somos profundamente gratas. Para localização, sistematização e organização de grande parte dos escritos de Lélia Gonzalez, contamos com a pesquisa cuidadosa de Pamela Camargo. Um agradecimento todo especial deve ser dado também ao professor Alex Ratts, pesquisador e especialista na obra de Lélia Gonzalez. Agradecemos imensamente a James Woodard, Antonio Sérgio Guimarães, Nadya Guimarães, Graziella Moraes Dias da Silva e Camille Giraut por nos ajudarem a localizar textos em bibliotecas estrangeiras. Agradecemos também a Paulo Henrique Fernandes Silveira, Matheus Gato de Jesus, Marco Antonio Coutinho Jorge e, especialmente, Renata Humaire, esta última pela transcrição e generosidade em ceder o discurso inédito de Lélia Gonzalez na Constituinte. Não poderíamos deixar de agradecer aos editores Ricardo Teperman e Juliana Freire, bem como a Carolina Falcão e à equipe técnica da Zahar/Companhia das Letras, pelo zelo

na produção deste livro. Por fim, somos imensamente gratas a Rubens Rufino, por não medir esforços para garantir a publicação do pensamento de sua mãe.

* “Democracia racial? Nada disso”, pp. 201-3.

PARTE I

Ensaio

Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher

Introdução

Algumas considerações preliminares são necessárias, na medida em que, para maior inteligibilidade deste trabalho, é importante um enfoque (embora esquemático) do funcionamento do modo de produção capitalista em determinadas formações socioeconômicas como a brasileira.

Orientam nossa reflexão as teses desenvolvidas por José Nun quando analisa os conceitos de “superpopulação relativa”, “exército industrial de reserva” e “massa marginal”, em termos de América Latina.¹

De acordo com a lógica interna determinante de sua expansão, constata-se que, em sua fase monopolista, o capitalismo industrial obstrui o crescimento equilibrado das forças produtivas nas regiões subdesenvolvidas. A problemática do desenvolvimento desigual e combinado nos remete a fatores que, funcionando como limites internos e externos, acabam por emperrar a dinâmica do sistema. A formação de uma massa marginal, de um lado, assim como a dependência neocolonial e a manutenção de formas produtivas anteriores, de outro, vão constituir os fatores acima citados. Está evidente que eles acabam por se articular, na medida em que são os elementos caracterizadores de uma problemática.

Sabemos que o processo de acumulação primitiva permite a emergência dos dois principais elementos da estrutura do capitalismo: o trabalhador livre e o capital.²Ocorre que, em termos de Brasil, esse processo foi grandemente afetado na medida em que não ocorreram transformações estruturais no setor agrário (que permitiriam o crescimento industrial). Por outro lado, com relação ao capital, a nossa inserção dependente do mercado mundial (produção de alimentos e de matéria-prima) determinou que a pilhagem, de início, e o comércio exterior, depois, assumissem o papel de grandes fontes produtoras de lucro, manipuladas a partir das metrópoles. Além disso, há que situar os beneficiários locais dessa situação, que se apropriam de grande parte do excedente, desviando-a da inversão industrial (consumo puro e simples, especulações financeiras, negócios imobiliários etc.).

Quanto ao elemento “trabalhador livre”, também aqui se constatam fatores deformadores do seu processo de formação, uma vez que uma série de

vínculos, característicos de formas produtivas anteriores, ainda se mantém em grande parte no setor rural. Esse tipo de perpetuação impede ou distorce o funcionamento do que, rigorosamente falando, se constituiria num *mercado de trabalho*. Vale notar que, apesar de não participar das relações produtivas do capitalismo industrial, a mão de obra prisioneira desses vínculos não deixa de estar submetida à hegemonia. Em outros termos: a presença atual, em diferentes expressões, do capital comercial relacionado a formas pré-capitalistas de exploração da mão de obra articula-se (em graus de maior ou menor complexidade) com o setor hegemônico da economia e de maneira proveitosa para este último.

A coexistência de três processos de acumulação qualitativamente distintos (capital comercial, capital industrial competitivo e capital industrial monopolista) nos aponta para diferentes efeitos quanto à força de trabalho. Aquela que se encontra sob a dominação do capital comercial ainda apresenta formas diversas de fixação (à terra, ao instrumento de trabalho, ao fundo de consumo, à própria exploração) que a diferenciam estruturalmente das demais, posto que somente com o capitalismo industrial surge o trabalhador livre. Uma segunda diferença nos remete à distinção entre as duas espécies de capital:

a) **monopolista**: alta taxa de rendimentos; predeterminação, a médio prazo, dos custos; menor incidência relativa da mão de obra sobre os custos etc. Implica, em termos de força de trabalho, a integração estável do trabalhador na empresa (salários maiores, cumprimento das leis sociais, capacidade de negociação com organizações trabalhistas etc.);

b) **competitivo** (satelitizado pelo anterior ou com seu campo de atuação reduzido): demanda instável; margem de lucro pequena ou flutuante; créditos restringidos; baixa produtividade; grande contingente de mão de obra. Implica uma tendência para a redução dos salários a baixos níveis, o não cumprimento das leis sociais e a neutralização da ação sindical.

Pelo exposto, constata-se a coexistência de dois mercados de trabalho diferentes, o que determina altíssima dispersão dos salários.³

A presença dos três processos de acumulação, sob a hegemonia do capital industrial monopolista, demonstra, por outro lado, que o desenvolvimento desigual e dependente mescla e integra momentos históricos diversos. É nesse momento de sua análise que Nun³ retorna à questão da funcionalidade da superpopulação relativa afirmando que, no nosso caso, grande parte dela

se torna supérflua e passa a constituir uma “massa marginal” em face do processo de acumulação hegemônica, representado pelas grandes empresas monopolistas. As questões relativas ao desemprego e ao subemprego incidem exatamente sobre essa população. No desenvolver deste trabalho, verificaremos de que maneira o gênero e a etnicidade são manipulados de modo que, no caso brasileiro, os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, “coincidentemente”, pertencem exatamente às mulheres e à população negra.

Vejam, agora, qual a composição desses contingentes que, em face do mercado de trabalho do capital monopolista, se constituem como massa marginal:

- a) parte da mão de obra ocupada pelo capital industrial competitivo;
- b) maioria dos trabalhadores que buscam refúgio em atividades terciárias de baixa remuneração;
- c) maioria dos desocupados;
- d) totalidade da força de trabalho que, de maneira mediata ou imediata, está submetida ao capital comercial.

Vale ressaltar que o restante dos elementos constitutivos dos grupos a, b e c atua como exército industrial de reserva no sistema hegemônico, do mesmo modo que uma parte correspondente aos grupos b, c e d desempenha o mesmo papel no mercado de trabalho do capital industrial competitivo. Todavia, a baixa capacidade de absorção desse setor acaba por colocar a questão da funcionalidade da população restante, reintroduzindo, em nível mais baixo, a categoria da massa marginal.⁴ Esta última poderá ser utilizada tanto em sentido restrito quanto em sentido amplo, dependendo do critério de referência a que se relacione: mercado de trabalho do capital industrial puro e simples, no primeiro caso, e mercado de trabalho do capital monopolista, no segundo. Todavia, se desejamos investigar a estratificação interna da força de trabalho em seu conjunto, o emprego do conceito em sentido amplo se torna muito mais fácil.

A partir do momento em que se coloca a questão da marginalidade funcional (“exército industrial de reserva”) e do não funcional (“massa marginal”) como tipos distintos dentro da superpopulação relativa, é na instância econômica que a análise se desenvolve. Todavia, se quisermos tratar do problema da participação, a passagem para uma outra esfera — das práticas sociais — se torna necessária a fim de se evitar o risco de cair no economicismo. E isso implicaria uma indagação mais ampla, que se

dirigiria àquelas instâncias que, junto com a economia, limitam objetivamente os diversos comportamentos possíveis dos atores. Referimo-nos às instâncias política e ideológica, às quais retornaremos na segunda parte deste trabalho. Conseqüentemente, algumas observações se fazem necessárias.

A *primeira* se refere à distinção entre integração social (relações harmônicas ou conflituosas entre os atores) e integração dos sistemas (relações harmônicas ou conflituosas entre as partes de um sistema social). A não distinção remete a maioria dos analistas a se centrarem na questão da integração social e a desenvolverem temáticas dualistas do tipo adaptação/alienação, norma/poder, consenso/conflito etc., o que os impede de perceber o fenômeno como um indício das contradições estruturais do sistema. Vejamos a passagem em que Nun nos esclarece sobre o problema:

Um desenvolvimento capitalista desigual e dependente, que combina diversos processos de acumulação, gera uma superpopulação relativa com referência à forma de produção hegemônica, e que atua, em parte, como um exército industrial de reserva e, em parte, como uma massa marginal. *O que importa é que a não funcionalidade desta última está indicando um baixo grau virtual de integração dos sistemas, um desajustamento a solucionar, cuja resolução organiza modos de integração social compatíveis com a manutenção da matriz de relações vigente*.⁵

O debate em torno do “dualismo estrutural” (sociológico e econômico) das formações periféricas, por exemplo, não se apercebe de que, num sistema cujas partes apresentam contradições estruturais que o ameaçam, a manutenção do equilíbrio consiste exatamente em minimizar a interdependência dessas partes, em fragmentar de certo modo o conjunto. Assim, a não funcionalidade da massa marginal acaba por se converter em “afuncionalidade”, o que favorece os diferentes níveis de autonomia dos subsistemas em que se acha contida.

Se nos detemos um pouco na tentativa de caracterização do tipo de equilíbrio que se estabelece, verificamos que nada tem de estático, uma vez que ele se dá num campo de tensão constante em que as mais desconcentradas pressões exigem a multiplicação de alianças e compromissos frequentemente instáveis. Que se pense, como no caso brasileiro, na combinação parcial dos três sistemas produtivos sob a hegemonia do capital monopolista; como o econômico é o determinante em última instância,⁶ o índice de dominação manifesto será diferente em cada um deles. Ora, a manutenção do equilíbrio, mediante a autonomização relativa de cada setor, denota possuir um caráter complicado e instável, uma

vez que a interação dos diferentes índices de dominação não pode deixar de ocorrer. Se, de um lado, a instância ideológica predomina no nível das relações pré-capitalistas, de outro, no caso do capitalismo competitivo, prevalece a instância econômica; mas em termos de capitalismo monopolista, o nível político intervém, de maneira crescente, em todas as esferas. Em outras palavras, se o liberalismo econômico (capitalismo competitivo) corrói o paternalismo ideológico (capital comercial), ambos são empregados pela lógica planificadora (capitalismo monopolista), que, por sua vez, sofre-lhes a influência. Numa tal aflição, surge o Estado como o mediador necessário que impede a desarticulação sistemática através da coerção aberta.^b

A inteligibilidade dessa lógica da incoerência reequaciona certas análises em termos de dualismo sociológico (sociedade tradicional/sociedade moderna coexistindo num mesmo país). Se o sistema, enquanto um todo, exige a redução da interdependência de suas partes, é claro que se a autonomia relativa de uma delas for ameaçada o sistema também será. Em termos concretos, que se atente para o que Nun denomina “realismo sociológico” da burguesia paulista durante o governo Goulart: as campanhas de alfabetização do Nordeste se tornaram ameaçadoras na medida em que se traduziam em custos econômicos e riscos políticos.² Por outro lado, é nesse tipo de contexto que se inscreve o mito da democracia racial brasileira.

Pelo exposto, verifica-se o caráter heurístico do conceito de massa marginal, uma vez que, evidenciando problemas na integração dos sistemas, nos permite compreender que esses problemas determinam padrões específicos de integração social.

Nun distingue três tipos básicos de implicação marginal no processo produtivo:

1. Tipo A : abrange os diferentes modos de fixação da mão de obra e se divide em quatro categorias principais:

a) **rural “por conta própria”** (comunidades indígenas, minifúndios de subsistência, pequenos mineiros etc.);

b) **rural “sob patrão”** (colonos semisservis de fazendas tradicionais, comunidades “dependentes” ou “cativas”, trabalhadores “vinculados” por métodos coercitivos etc.);

c) **urbano “por conta própria”** (pequenos artesãos pré-capitalistas);

d) **urbano “sob patrão”** (trabalhadores, sobretudo em serviços domésticos, adstritos a um fundo de consumo e que não recebem salário em

dinheiro).

2. Tipo B : constituído por mão de obra livre que fracassa, total ou parcialmente, na tentativa de se incorporar de forma estável no mercado de trabalho. A diferença fundamental, nesse caso, permite distinguir as variedades rural e urbano das formas compreendidas no tipo: o desemprego aberto, a ocupação “refúgio” em serviços puros, o trabalho ocasional, o trabalho intermitente e o trabalho por temporada.

3. Tipo C : inclui assalariados dos setores menos modernizados que se caracterizam por condições muito rigorosas de trabalho, escassa aplicação da legislação social e remuneração em torno do nível de sobrevivência. Na medida em que aqui também se impõem as variedades rural e urbano, vale notar que enquanto nessa última as manifestações tendem a se localizar em empresas de baixa produtividade, o mesmo não ocorre necessariamente no campo.

Os tipos apresentados possuem como critério de referência outros dois tipos não “marginais”: o produtor rural direto e a mão de obra assalariada absorvida estavelmente pelos setores modernizados do campo e da cidade. A partir dessas duas categorias enquanto limites superiores, Nun propõe uma reintegração da tipologia apresentada de acordo com um duplo esquema de graduação que separaria dois eixos:

Acesso à terra: desde o minifundiário de subsistência até o produtor tipo “farmer”, passando pelas formas híbridas de atividade assalariada temporária;

Constituição do trabalhador “livre”: desde a mão de obra “fixada” até a força de trabalho incorporada aos setores mais modernos, passando pelas categorias incluídas nos tipos B e C.

Questões de teoria

Diferentes posicionamentos teóricos vêm buscando explicar a situação da *população de cor* (negros e mulatos) em nosso país, na medida em que tal situação se traduz numa participação mínima nos processos político, econômico e cultural. Apesar da seriedade dos teóricos brasileiros, percebe-

se que muitos deles não conseguem escapar às astúcias da razão ocidental. Aqui e ali podemos constatar em seus discursos os efeitos do neocolonialismo cultural; desde a transposição mecânica de interpretações de realidades diferentes às mais sofisticadas articulações “conceituais” que se perdem no abstracionismo. Seu “distanciamento científico” quanto ao seu “objeto” (isto é, o negro e o mulato) revela, na realidade, a necessidade de tirar de cena um dado concreto fundamental: *enquanto brasileiros, não podemos negar nossa ascendência negra/indígena, isto é, nossa condição de povo de cor*. Alienação? Recalcamento? O fato é que, em termos teóricos, tal obstáculo epistemológico produz discursos parciais nos dois sentidos.⁴ Vejamos a seguir as tendências dominantes na análise das relações raciais no Brasil, sem que, no entanto, nos prolonguemos em sua caracterização, pois não é esse o nosso objetivo neste trabalho.

A sociologia acadêmica tem se posicionado no sentido de — das mais diferentes maneiras — apreciar a integração e assimilação do negro como algo a ocorrer graças às exigências lógicas de industrialismo e, conseqüentemente, da modernização. Assim, a análise do processo abolicionista pelos teóricos dessa tendência justifica a situação atual de marginalização do negro como efeito do “despreparo do ex-escravo para assumir os papéis de homem livre, principalmente na esfera do trabalho”.⁸ A repentina passagem do regime servil para o de trabalho livre fez do “bom escravo um mau cidadão”.⁹ Cultura da pobreza, anomia social, família desestruturada, enquanto efeitos atuais desse salto, explicariam as desigualdades raciais vigentes.¹⁰ Tal interpretação, além de deslocar para o negro as razões de sua mobilidade social, não considera o fato de que a *grande maioria* da população de cor (90%) já se encontrava livre e economicamente ativa antes de 1888.¹¹ Por outro lado, ela como que libera o segmento branco e suas instituições, atribuindo-lhes menor responsabilidade quanto à situação atual do negro.

A segunda tendência de peso a ser considerada é representada pelo marxismo ortodoxo. Aqui, a categoria “raça” acaba por se diluir numa temática econômica (economicista, melhor dizendo), uma vez que a discriminação não passa de um instrumento manipulado pelo capitalista que visa, mediante a exploração das minorias raciais, dividir o operariado. A solução seria a aliança entre trabalhadores de diferentes raças. No entanto, bastaria, para comprovar a fragilidade de tal posicionamento, o caso extremo de clivagem entre o operariado *afrikcaaner*¹² e o operariado negro da África

do Sul. Por outro lado, em termos de realidade brasileira, há que considerar que a maioria da população, praticamente, não alcançou a situação de força de trabalho relacionada ao capitalismo industrial competitivo. Se nos reportarmos aos tipos básicos de Nun,¹² no que diz respeito à massa marginal constataremos que a população negra no Brasil estaria situada nos tipos A e B (desemprego aberto, ocupação “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional ou biscate, ocupação intermitente e trabalho por temporada).

A terceira abordagem afirma que os grupos racialmente subordinados são as minorias que internalizam o processo de colonização. O privilégio racial é um dos pontos-chave dessa posição, uma vez que ele evidencia como, em todos os níveis, o grupo branco foi o beneficiário da exploração dos grupos raciais. Os aspectos culturais e políticos das relações raciais demonstram como o branco afirmou sua supremacia às expensas e em presença do negro. Ou seja, “além da exploração econômica, o grupo branco dominante extrai uma *mais-valia* psicológica, cultural e ideológica do colonizador”.¹³ Que se pense, no caso brasileiro, nos efeitos da ideologia do branqueamento articulada com o mito da democracia racial. Cabe ressaltar como tais efeitos se concretizam nos comportamentos imediatos do negro “que se põe em seu lugar”, do “preto de alma branca”. O exemplo mais evidente do representante do grupo racialmente dominado que internalizou e reproduziu a linguagem do grupo dominante, no nosso caso, é o discurso de Oliveira Vianna. Esse “mulato, cientista social e político influente na década de 1920”¹⁴ é um grande ideólogo do branqueamento da população brasileira. Defendendo a política que estimulava a imigração europeia, afirmava que, desse modo, era possível diminuir o “índice de nigrescência de nossa gente, arianizando nosso povo e caminhando para um refinamento cada vez mais apurado da raça, num processo de classificação”.¹⁵ Temos aí, num nível muito mais sofisticado de articulação, a representação do papel desempenhado por feitores e capitães do mato no passado. A ideologia do branqueamento se constitui como pano de fundo dos discursos que exaltam o processo da miscigenação como expressão mais acabada de nossa “democracia racial”.^ε

A nosso ver, não podemos deixar de levar em consideração as duas últimas posições, uma vez que, devidamente dialetizadas, nos permitem uma análise mais objetiva das relações raciais no Brasil. Foi o que até agora tentamos demonstrar.

As relações raciais no Brasil após a abolição

No Brasil, o racismo — enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas — passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravidão, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses.

Nas sociedades de classes, a ideologia é uma representação do real, mas *necessariamente falseado*, porque é necessariamente orientada e tendenciosa — e é tendenciosa porque seu objetivo não é dar aos homens o *conhecimento objetivo* do sistema social em que vivem, mas, ao contrário, mantê-los em seu “lugar” no sistema de exploração da classe.¹⁶

Vale ressaltar que a eficácia do discurso ideológico é dada pela sua internalização por parte dos atores (tanto os beneficiários quanto os prejudicados), que o reproduzem em sua consciência e em seu comportamento imediatos.

Importante colocar nesse momento a proposição de Hasenbalg, apoiada na distinção estabelecida por Poulantzas,¹⁷ sobre os dois aspectos da reprodução ampliada das classes sociais: de um lado, o aspecto principal — o da reprodução dos lugares das classes — e, de outro, o aspecto subordinado, o da reprodução dos atores e sua distribuição entre esses lugares:

A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais em que as relações de produção capitalistas — ou outras relações de produção, no caso — são as dominantes. Outrossim, o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Como se verá se o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos.¹⁸

Relembremos que, no caso brasileiro, pode-se caracterizar a coexistência de três processos distintos de acumulação, sob a hegemonia daquele referente ao capitalismo monopolista. Um dos legados concretos da escravidão diz respeito à distribuição geográfica da população negra, isto é, à sua localização periférica em relação às regiões e setores hegemônicos. Em outras palavras, a maior concentração da população negra ocorre exatamente no chamado Brasil subdesenvolvido, nas regiões em que predominam as formas pré-capitalistas de produção com sua autonomia relativa. Seria

possível, a partir dessa constatação, afirmar que o racismo não passaria de um arcaísmo cuja persistência histórica, mais dia menos dia, acabaria por se esfacelar diante das exigências da sociedade capitalista moderna. Mas, como já vimos na introdução, os problemas relacionados à integração dos sistemas impõem padrões específicos de integração social.¹⁹ É nesse sentido que o racismo — enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas — denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social. Desnecessário dizer que a população negra, em termos de capitalismo monopolista, é que vai constituir, em sua grande maioria, a massa marginal crescente. Em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico), ela se configura como exército industrial de reserva.

Nesse momento, se poderia colocar a questão típica do economicismo: tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas, na verdade, a opressão racial nos faz constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isso significa, em outros termos, que, se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado desta última será desfavorável aos não brancos.

Em termos históricos, sabemos que o regime escravista teve sua ação mais ampla e profunda nas regiões brasileiras onde a plantation e as atividades mineradoras se desenvolveram. E foi nessas regiões que se iniciaram os processos simultâneos da mestiçagem e da emergência de uma *população de cor* livre. Ora, na medida em que a população escrava sofreu deslocamentos geográficos que obedeciam às exigências da produção econômica (ciclos do açúcar, da mineração etc.), a população de cor livre permaneceu nas regiões de origem e reverteu para as atividades de subsistência ou mesmo de

desvinculação econômica e social. Na verdade, não só essa população de cor livre, assim como os poucos escravos libertados em 1888 nessas regiões vieram a constituir a grande massa marginalizada no momento de emergência do capitalismo, posto que foram “fixados” a formas de produção pré-capitalistas (como parceiros, lavradores, moradores/assalariados rurais, trabalhadores de mineração etc.).

Sabemos também que a região Sudeste foi a última a exigir deslocamentos da massa escrava e que o regime escravista ali se instalou tardiamente. Com isso, verificamos que os processos de mestiçagem e de emergência de uma população de cor livre foram muito limitados, assim como a proporção menor do elemento negro ou de cor na constituição da totalidade da população da região. Por outro lado, foi a partir da cultura cafeeira que se desenvolveria o processo de acumulação primitiva necessário à estruturação do capitalismo. Consequentemente, a questão da mão de obra livre foi colocada. O movimento abolicionista se situou exatamente a partir das exigências do novo estado de coisas. Todavia, é importante ressaltar que o 13 de maio libertou apenas 10% da população de cor do Brasil, uma vez que os outros 90% já viviam em estado de liberdade e praticamente concentrados no “restante do país”.²⁰ Temos, portanto, uma polarização em termos de distribuição racial, que deverá ser devidamente reforçada e reinterpretada em termos do modo de produção que se estabelecerá hegemonicamente. Note-se que a existência de um Brasil subdesenvolvido, que concentra a maior parte da população de cor, de um lado, e de um Brasil desenvolvido, que concentra a maior parte da população branca, de outro, não é algo que esteja desarticulado de toda uma política oficial^f que, de meados do século XIX até 1930, estimulou o processo de imigração europeia, destinada a solucionar o problema da mão de obra do Sudeste.⁸ E é exatamente a partir de 1930 que a população negra dessa região começa a participar efetivamente da vida econômica e social, o que a situará em condições melhores do que aquela do resto do país, apesar da manutenção dos critérios de subordinação hierárquica em relação ao grupo branco. Até então, como bem diz Florestan Fernandes, fora completamente marginalizada do processo competitivo quanto ao mercado de trabalho, posto que substituída pela mão de obra imigrante. É no período que se estende de 1930 a 1950 que teremos o processo de urbanização e proletarização do negro do Sudeste.²¹

Do ponto de vista do acesso à educação, verificamos que a população de cor, apesar da elevação do nível de escolaridade da população brasileira em

geral, no período 1950-73 continua a não ter acesso aos níveis mais elevados do sistema educacional (segundo grau ^h e universidade). Em sua grande maioria, ela permanece nas diferentes fases do primeiro grau. ⁱ Se relacionamos esse aspecto ao acesso aos níveis ocupacionais diversos, constataremos não só que a população de cor se situa majoritariamente nos níveis mais baixos mas também que ela se beneficia muito menos dos retornos da educação — em termos de vantagens ocupacionais — do que o grupo branco. Em outras palavras, se compararmos a relação nível educacional/nível de renda entre os dois grupos raciais, constataremos que é bastante acentuado o diferencial de renda entre brancos e negros, mesmo possuindo igual nível educacional. No grupo branco, a relação entre educação e renda é praticamente linear, enquanto no grupo negro o incremento educacional não é acompanhado por um aumento proporcional de renda. ²² A discriminação ocupacional é a explicação mais plausível, a partir do momento em que, concretamente, temos quase que cotidianamente notícias de não aceitação de pessoas de cor em determinadas atividades profissionais. A existência da Lei Afonso Arinos é uma prova cabal da existência dos processos de discriminação em nosso país, uma vez que, quando aplicada, ironicamente se constata que ela funciona muito mais contra do que na defesa das pessoas de cor. ^j

Tais condições nos remetem ao mito da democracia racial enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil. Na medida em que somos todos iguais “perante a lei” e que o negro é “um cidadão igual aos outros”, graças à Lei Áurea nosso país é o grande complexo da harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. Dadas as suas características de “preguiça”, “irresponsabilidade”, “alcoolismo”, “infantilidade” etc. ele só pode desempenhar, naturalmente, os papéis sociais mais inferiores. O interessante a se ressaltar, nessas formas racionalizadas da dominação/opressão racial, é que até as correntes ditas progressistas também refletem, no seu economicismo reducionista, o mesmo processo de interpretação etnocêntrica. Ou seja, apesar de sua denúncia em face das injustiças socioeconômicas que caracterizam as sociedades capitalistas, não se apercebem como reprodutoras de uma injustiça racial

paralela que tem por objetivo exatamente sua reprodução/perpetuação. A pergunta que se coloca é: até que ponto essas correntes, ao reduzirem a questão do negro a uma questão socioeconômica, não estariam evitando assumir o seu papel de agentes do racismo disfarçado que cimenta nossas relações sociais? Nesse sentido, seu discurso difere muito pouco do das correntes conservadoras que, por razões óbvias, desejam manter seus privilégios intocáveis. Em outros termos, o paternalismo/liberalismo racial que permeia o discurso “revolucionário” na luta contra o monopólio do capital revela uma forma de perpetuação dos mecanismos de dominação utilizados pelo sistema que combate. Também ele reage negativamente quando uma minoria negra, consciente do racismo disfarçado, denuncia os diferentes processos de marginalização a que seu povo está submetido.

Enquanto isso, os aparelhos ideológicos do Estado,^k na medida em que servem à manutenção das relações de produção existentes, desenvolvem com eficácia a veiculação e o reforço das práticas de discriminação.

O sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nessa estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro — elementar, secundário, universitário — o elenco das matérias ensinadas [...] constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo foram ou são ensinados nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou ao negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra.²³

Nesse sentido, vale ressaltar que a maioria das crianças negras, nas escolas de primeiro grau, são vistas como indisciplinadas, dispersivas, desajustadas ou pouco inteligentes. De um modo geral, são encaminhadas a postos de saúde mental para que psiquiatras e psicólogos as submetam a testes e tratamentos que as tornem ajustadas. Se refletirmos um mínimo sobre a questão, não teremos dificuldade em perceber o que o sistema de ensino destila em termos de racismo: livros didáticos, atitudes dos professores em sala de aula e nos momentos de recreação apontam para um processo de lavagem cerebral de tal ordem que a criança que continua seus estudos e que por acaso chega ao ensino superior já não se reconhece mais como negra. E são exatamente essas “exceções” que, devidamente cooptadas, acabam por afirmar a inexistência do racismo e de suas práticas. Quando se dá o oposto, isto é, a não aceitação da cooptação e a denúncia do

processo superexploração a que o negro é submetido, surge imediatamente a acusação de “racismo às avessas”.¹

A mulher negra

No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo. Nos dias atuais, a situação não é muito diferente. Mas vejamos os dados objetivos que podem nos fornecer elementos para um conhecimento da sua situação como força de trabalho nos últimos anos.

O Censo de 1950 foi o último a nos fornecer indicadores sociais básicos relativos à educação e ao setor da atividade econômica da mulher negra. A partir daí, pode-se constatar: seu nível de educação é muito baixo (a escolaridade atinge, no máximo, o segundo ano primário ou fundamental) e o analfabetismo é fator predominante. Do ponto de vista da atividade econômica, apenas cerca de 10% atuam na agricultura e/ou na indústria (sobretudo têxtil, e em termos de Sudeste-Sul); os 90% restantes estão concentrados no setor de serviços pessoais.

Quanto aos censos seguintes, o de 1960 conserva o quesito cor apenas no sentido de avaliar sua distribuição pelos estados brasileiros, fato que de nada nos adianta para uma informação precisa sobre a situação da mulher negra na força de trabalho. Já o Censo de 1970 acaba por excluir esse quesito, e no de 1980, ao que tudo indica, sua reinclusão não está decidida. A justificativa dada se refere a dificuldades de ordem técnica. Por exemplo: como decidir o que vem a ser preto, pardo ou branco em regiões tão diferentes como Bahia e Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul? Etc. etc. etc. De qualquer modo, é importante ressaltar que, por maiores que sejam as dificuldades de ordem técnica existentes, não se pode permanecer na ignorância de dados

quantitativos que nos permitam melhor informação a respeito da população de cor em nosso país. Sob as alegações apresentadas, delineia-se a intenção de escamotear a situação de miséria e desamparo em que ela se encontra, além do interesse em aparentar a inexistência da discriminação racial no Brasil.

Vejam os de que maneira a mulher negra se insere na força de trabalho no período que se estende de 1950 aos dias atuais. Sabemos que o desenvolvimento e a modernização determinaram a ampliação de diferentes setores industriais, ao lado da crescente urbanização. Em face de tal ampliação, a indústria têxtil entrou num processo de decadência que resultou, inclusive, no fechamento de muitas fábricas.³ Com isso, a mulher negra praticamente perdeu seu lugar na classe operária ou, no máximo, tentou penetrar em outros setores primários como a indústria de roupas ou de alimentos, onde seria a grande minoria (o processo de seleção racial também atua nesse setor, ou seja, a operária branca ou “morena” sempre tem melhores possibilidades que a negra). De qualquer modo, novas perspectivas se abriram nos setores burocráticos de nível mais baixo, que se feminizaram. É o caso da prestação de serviços em escritórios, bancos etc. Mas tais atividades exigem certo nível de escolaridade que a mulher negra não possui. Tal fato criou muito mais motivos para a reafirmação da discriminação, uma vez que o contato com o público exige “educação” e “boa aparência”. Mesmo nos dias atuais, em que se constatam melhorias quanto ao nível de educação de uma minoria de mulheres negras, o que se observa é que, por maior que seja a capacidade que demonstre, ela é preterida. Que se leiam os anúncios dos jornais na seção de empregos; as expressões “boa aparência”, “ótima aparência” etc. constituem um código cujo sentido indica que não há lugar para a mulher negra. As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média são praticamente nulas para a maioria absoluta.

Sabemos que, de 1950 para cá, ocorreu um processo de crescimento das classes médias. Mas em termos relativos, no que se refere à população negra, isso significou a deterioração de suas possibilidades quanto ao mercado de trabalho. Excluída da participação no processo de desenvolvimento, ficou relegada à condição de massa marginal, mergulhada na pobreza, na fome crônica, no desamparo. Cabe recordar aqui que o lema do abolicionismo era que “negro pode ser doutor”. De 1888 para cá o que se observou foi o desaparecimento dos doutores negros que, na fase anterior, já vinham participando do processo político nacional. Que mecanismos foram

utilizados pelas classes dominantes a ponto de neutralizarem a participação negra nos diferentes níveis da sociedade brasileira? Que se leia e se analise o pensamento do ideólogo do racismo brasileiro, o já citado Oliveira Vianna, e que se pense na sua forte influência, inclusive no pensamento de intelectuais considerados “abertos”. Essa seria uma das respostas. As exigências do sistema, como um todo, são a explicação fundamental.

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. No que se refere à discriminação da mulher, que se observem, por exemplo, as diferenças salariais no exercício de uma função com relação ao homem, e a aceitação de que “está tudo bem”. Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada, como já vimos. É interessante observar, nos textos feministas que tratam da questão das relações de dominação homem/mulher, da subordinação feminina, de suas tentativas de conscientização etc., como existe uma espécie de discurso comum com relação às mulheres das camadas pobres, do subproletariado, dos grupos oprimidos. Em termos de escritos brasileiros sobre o tema, percebe-se que a mulher negra, as famílias negras — que constituem a grande maioria dessas camadas — não são caracterizadas como tais. As categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam a questão da discriminação racial, do confinamento a que a comunidade negra está reduzida. Por aí se vê o quanto as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor, também discriminado, que não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os velhos mecanismos do ideal de branqueamento, do mito da democracia racial. Nesse sentido, o atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média. Também aqui se pode

perceber a necessidade de denegação do racismo. O discurso é predominantemente de esquerda, enfatizando a importância da luta junto ao empresariado, de denúncias e reivindicações específicas. Todavia, é impressionante o silêncio com relação à discriminação racial. Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra.

O espanto e/ou a indignação manifestados por diferentes setores feministas quando é explicitada a superexploração da mulher negra muitas vezes se expressam de maneira a considerar o nosso discurso, de mulheres negras, como uma forma de revanchismo ou de cobrança. Outro tipo de resposta que também denota os efeitos do racismo cultural, de um lado, e do revanchismo, de outro, é o que considera a nossa fala como sendo “emocional”. O que não se percebe é que, no momento em que denunciemos as múltiplas formas de exploração do povo negro em geral e da mulher negra em particular, a emoção, por razões óbvias, está muito mais em quem nos ouve. Na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores. No momento em que o excluído assume a própria fala e se põe como sujeito, a reação de quem ouve só pode se dar nos níveis acima caracterizados. O modo paternalista mais sutil é exatamente aquele que atribui o caráter de “discurso emocional” à verdade contundente da denúncia presente na fala do excluído. Para nós, é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam uma renúncia à razão, mas, ao contrário, são um modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão.

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais. Temos aqui a enganosa oferta de um pseudomercado de trabalho que funciona como um funil e que, em última

instância, determina um alto grau de alienação. Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira. Que se pense no processo de apropriação das escolas de samba por parte da indústria turística, por exemplo, e no quanto isso, além do lucro, se traduz em imagem internacional favorável para a “democracia racial brasileira”.

a. As diferenças salariais no Brasil são de tal ordem e a distribuição de renda é tão desproporcional que, de um lado, somos o país que paga um dos mais baixos “salários” mínimos do mundo; de outro, menos de 2% da população brasileira paga imposto “de renda”.

b. Recordemo-nos aqui do populismo que caracterizou a ação do Estado brasileiro e de como suas contradições acabaram por desembocar no golpe de 1964 e na ascensão do setor militar ao poder. Em ambos os casos, temos a característica comum do autoritarismo.

c. É importante não esquecer que “enquanto instrumento de legitimação da racionalidade da ordem existente, a ciência, através de sua inserção nos aparelhos ideológicos do Estado, pode contribuir para a consolidação da ordem vigente” (Rouanet, 1978, p. 40).

d. O termo “afrikcaaner”, ou “afrikaners”, se refere ao grupo étnico da África do Sul formado por descendentes de europeus, particularmente os colonizadores holandeses que se estabeleceram no país no século ^{xvii}. (N. O.)

e. Gilberto Freyre, ideólogo oficial das relações raciais no Brasil, chega a apontar para a formação de uma metarraça brasileira, escamoteando, desse modo, a questão geral da discriminação e, em particular, a exploração sexual da mulher negra.

f. Recordemos a queima dos documentos relativos à escravidão, sob a justificativa de apagar sua mancha.

g. Em termos de relação percentual, os imigrantes passaram a constituir maioria enquanto força de trabalho e, ao mesmo tempo, minoria em relação à população total de São Paulo, por exemplo.

h. Atual ensino médio. (N. O.)

i. Atual ensino fundamental. (N. O.)

j. Recordemos aqui o resultado do processo impetrado por aquele estudante de medicina contra a direção da clínica que abertamente declarara não o aceitar em seu quadro de estagiários pelo fato de ser negro: acabou sendo ameaçado de o acusarem por crime de calúnia.

k. “De fato, a Igreja foi hoje substituída pela escola em seu papel de aparelho ideológico do Estado dominante. Ela forma um par com a família, assim como outrora a Igreja formava um par com a família. Pode-se então afirmar que a crise, de uma profundidade sem precedentes, que abala, através do mundo, o sistema escolar em tantos Estados, frequentemente combinada com uma crise [...] que sacode o sistema familiar, adquire um sentido político se se considera que a escola (e o par escola-família) constitui o aparelho ideológico do Estado dominante. Aparelho que desempenha um papel determinante na reprodução das relações de produção de um modo de produção ameaçado em sua existência pela luta de classes mundial” (Althusser, 1976, p. 80).

l. “[...] pequeno grupo de intelectuais negros no Brasil, que agitando a bandeira de defesa do negro, ainda ocupando na nossa sociedade os postos mais baixos e constituindo o grosso do nosso proletariado, passa a uma posição de combate ostensivo ao branco, opondo-se inclusive à miscigenação, segundo eles a mais eficiente arma dos brancos para anulá-los e manter a sua pretendida superioridade. Tal atitude reveladora de um nítido conteúdo racista não pode deixar de

constituir motivo de preocupação para todos aqueles que estudam e acompanham a evolução da nossa sociedade” (Viana apud Nascimento, 1978, p. 96).

[m.](#) Temos aqui dados concretos relativos à abertura do mercado brasileiro ao capitalismo monopolista que, a partir de então, satelitiza as pequenas e médias empresas (capitalismo industrial competitivo).